

# Almada

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL

ISSN 2182-7265

online

#23 (tomo 1) Jan. 2020

## NECRÓPOLE DAS TOUÇAS (Sabrosa)

**Cerro do Castelo de  
Alferce: um emblemático  
sítio arqueológico**

**Botões de Uniforme ao  
Tempo da Guerra Peninsular**

**Artes do Couro: os estojos  
dos séculos XIII-XIV**



**CAA**

Centro de Arqueologia de Almada



Capa | Jorge Raposo

Montagem sobre fotografia da Necrópole das Touças, sítio arqueológico de cronologia predominantemente medieval localizado no Município de Sabrosa. Observam-se alguns dos ortostatos ou pedras fincadas que acompanham as sepulturas e sarcófagos escavados na rocha e, em segundo plano, vê-se ainda um marco de demarcação da Ordem de Malta datado de 1776.

Foto | © Gerardo Gonçalves e Dina Pereira.



II Série, n.º 23, tomo 1, Janeiro 2020

#### Proprietário e Editor |

Centro de Arqueologia de Almada,  
Apartado 603 EC Pragal,  
2801-601 Almada Portugal

NIPC | 501 073 566

#### Sede (proprietário, editor e redacção) |

Travessa Luís Teotónio Pereira,  
Cova da Piedade, 2805-187 Almada

Telefone | 212 766 975

E-mail | [c.arqueo.alm@gmail.com](mailto:c.arqueo.alm@gmail.com)

Internet | [www.almadan.publ.pt](http://www.almadan.publ.pt)

ISSN | 2182-7265

#### Estatuto editorial |

[www.almadan.publ.pt](http://www.almadan.publ.pt)

Distribuição | <http://lissuu.com/almadan>

Periodicidade | Semestral

Patrocínio | Câmara M. de Almada

Parceria | ArqueoHoje - Conservação  
e Restauro do Património

Monumental, Ld.ª / Câmara  
Municipal de Oeiras / Associação dos  
Arqueólogos Portugueses

Apoio | Neopéica, Ld.ª

Director | Jorge Raposo  
([director.almadan@gmail.com](mailto:director.almadan@gmail.com))

Publicidade | Centro de Arqueologia  
de Almada ([c.arqueo.alm@gmail.com](mailto:c.arqueo.alm@gmail.com))

#### Conselho Científico |

Amílcar Guerra, António Nabais,  
Luís Raposo, Carlos Marques da Silva  
e Carlos Tavares da Silva

As presentes diversidade e proficiência da Arqueologia portuguesa estão bem patentes nas páginas deste tomo da *Al-Madana Online*. Aqui encontramos os resultados de trabalhos de natureza preventiva, mas também de projectos de investigação plurianual, em sítios como a Necrópole das Touças (Sabrosa), o Castro das Coroas (Cinfães), as estruturas defensivas do Cerro do Castelo de Alferce (Monchique) e do Castelo de Miranda do Douro, o povoado fortificado do Outeiro do Circo (Beja), ou os contextos urbanos da Rua de Santa Margarida, em Santarém. À diversidade geográfica e de realidades crono-culturais associam-se diferentes enquadramentos institucionais e abordagens técnico-científicas e metodológicas multidisciplinares. Estas vão da prospecção de superfície às sondagens de diagnóstico e ao acompanhamento de obras, incluindo a incorporação da Geofísica, da aerofotogrametria com drones e da modelação tridimensional de terreno no processo de intervenção e investigação arqueológica. Sem esquecer a necessária sociabilização do conhecimento assim produzido através da Educação Patrimonial.

A abrangência geográfica é alargada ao mundo da lusofonia, através de artigo dedicado aos fornos de cal artesanais de Estaquinha, em Moçambique, que traça paralelos com os conhecidos em território português, em destaque no tomo anterior.

Seguem-se estudos sobre os botões de uniformes militares ao tempo da Guerra Peninsular resultante das invasões francesas (1807-1814), o sinete municipal de Vila Franca do Campo, na Ilha de S. Miguel (Açores), e a porcelana decorada de uma tipologia muito particular – *kinrande* – identificada entre o espólio da Rua da Judiaria, em Almada.

Três temas justificam a livre expressão da opinião de investigadores portugueses: os mecanismos de valoração do Património, tendo por base a arte rupestre do Vale do Rio Côa, em Portugal, e de Siega Verde, em Espanha; as dinâmicas de (re)construção e interpretação do Passado em Arqueologia; e o movimento cidadão gerado por obra que afecta a Anta 1 de Vale da Lage (Tomar).

A arte de trabalhar o couro volta a merecer publicação, agora com um texto dedicado aos estojos dos séculos XIII-XIV; outro artigo analisa o impacto das reformas pombalinas em Lisboa, após o terramoto de 1755, no modelo urbano de outras cidades portuguesas e brasileiras; um terceiro cruza várias fontes para perceber o que sucedeu à comunidade muçulmana de Alcácer do Sal após a reconquista cristã, em 1217.

Como é habitual, o tomo encerra com noticiário arqueológico variado, resenhas e destaques de livros e revistas apresentados nos últimos meses. Dedicamos ainda espaço à partilha de informação sobre eventos científicos e patrimoniais, com balanço de alguns já realizados e agenda dos entretanto anunciados.

São 180 páginas onde, creio, se encontrarão bons momentos de leitura.

Jorge Raposo

**Resumos** | Jorge Raposo (português),  
Luísa Pinho (inglês) e Maria Isabel dos  
Santos (francês)

**Modelo gráfico, tratamento de imagem  
e paginação electrónica** | Jorge Raposo

**Revisão** | Rui Eduardo Botas, Fernanda  
Lourenço e Sónia Tchissolle Silva

#### Colaboram neste número |

Sérgio Amorim, José Arrais, Luísa  
Batalha, Nuno Bicho, Rogério P. de  
Campos, Fábio Capela, Guilherme  
Cardoso, António Carneiro, Aníbal

Costa, Ana Cruz, Pedro Cura,  
Pedro Dâmaso, Diogo T. Dias,  
M<sup>a</sup> Isabel Dias, José d'Encarnação,  
Rui R. Filipe, José P. Francisco,  
Cristina Gameiro, M. García-Heras,  
D. García Rivero, Tiago Gil, Célia  
Gonçalves, Gerardo V. Gonçalves,  
Florian Hermann, Carlos Jorge,  
Francisco Leal, Marta I. C. Leitão,  
Virgílio Lopes, Isabel Luna, Andrea  
Martins, César Neves, M<sup>a</sup> de Fátima  
Palma, Dina B. Pereira, Franklin  
Pereira, Rui Pinheiro, Eduardo Porfírio,

José C. Quaresma, Jorge M. Resende,  
Fernanda Rodrigues, Nuno Santos,  
Miguel Serra, Fernando R. Silva,  
Pedro da Silva, Vanessa Sousa,  
Telma Tavares, Ruth Taylor,  
Félix Teichner, Marco Valente e  
Humberto Varum.

Os conteúdos editoriais da *Al-Madana Online* não seguem o Acordo Ortográfico de 1990. No entanto, a revista respeita a vontade dos autores, incluindo nas suas páginas tanto artigos que partilham a opção do editor como aqueles que aplicam o dito Acordo.

## Duas Cidades Romanas, Duas Monografias

José d'Encarnação

[Catedrático de História, aposentado, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]

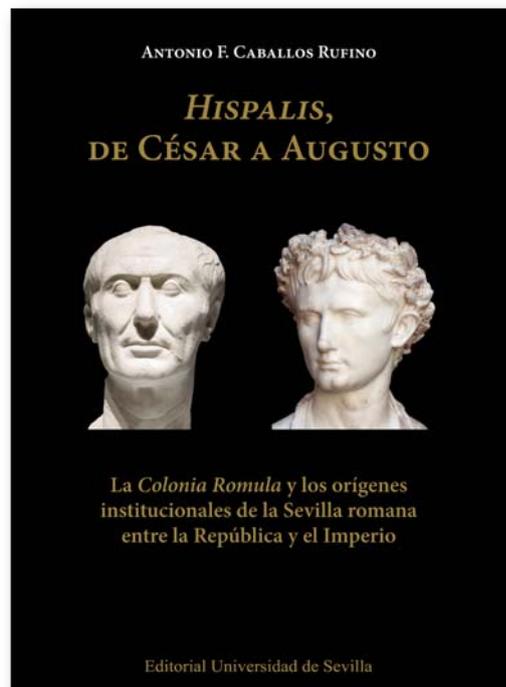
Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

Quando, a 24 de Outubro de 1991, visitei, com o Padre Belarmino Afonso e Francisco Sande Lemos, o sítio de Cova da Lua, nos arredores de Bragança, senti, pela primeira vez, o que significava toda uma população ter decidido abandonar a encosta onde, desde há muito, haviam estado os seus antepassados, para se instalar mais além, em airoso declive isento das pestilências que os tinham acometido e dizimado. Ouvira já também da saída dos habitantes de *Conimbriga*, no dealbar da Idade Média, os pobres para mais perto, onde nasceu a aldeia de Condeixa-a-Velha, a aristocracia para as margens do Mondego, onde floresceu Coimbra, que da cidade antiga recebeu seu nome.

Não é, por outro lado, sem emoção que visitamos a Aldeia da Luz, réplica, à sua maneira, do aldeamento hoje submerso nas águas do Alqueva...

Para os arqueólogos, essas trasladações são providenciais, na medida em que lhes deixam terreno para – sem as férreas grilhetas das burocracias urbanísticas das cidades que permaneceram, séculos afora, sobre ruínas de romanos e de pré-históricos – ali fazerem as suas investigações. E quase se ousa – sacrilegamente!... – aclamar a lava do Vesúvio por, num ápice, ter soterrado Pompeios e Herculano, no-las deixando intactas!

Uma cidade está também nesse rol: a romana *Bilbilis*, na província espanhola de Saragoça, comunidade autónoma de Aragão, cuja população se deslocou para Huérmeda. *Hispalis*, porém, na Andaluzia, intimamente ligada ao nascimento de Sevilha, não: o actual núcleo histórico da cidade coincide com o dos aglomerados populacionais que a precederam. Mantendo-nos aí, o exemplo a aduzir seria o de *Italica*, colónia romana fundada perto, alheia a *Hispalis*, porque a política assim o determinou.



Duas monografias traçam as histórias de *Bilbilis* e de *Hispalis*. Delas mui sucintamente me vou ocupar, congratulando-me, desde logo, com a iniciativa em tão boa hora levada a efeito pelos seus autores, sobretudo por serem eles quem, respectivamente, melhor conhece a história da investigação nelas desenvolvida durante décadas e os resultados que meticulosamente se lograram obter.

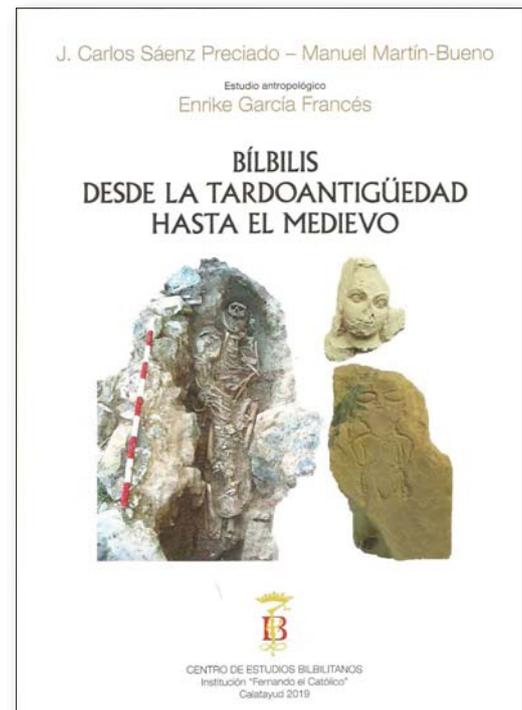


FIG. 1 – SÁENZ PRECIADO, J. Carlos; MARTÍN-BUENO, Manuel e GARCÍA FRANCÉS, Enrike (2019) – *Bilbilis desde la Tardoantigüedad hasta el Medievo*. Calatayud: Centro de Estudios Bilbilitanos de la Institución “Fernando el Católico”. ISBN: 978-84-9911-532-0.

FIG. 2 – CABALLOS RUFINO, Antonio F. (2017) – *Hispalis, de César a Augusto. La Colonia Romula y los orígenes institucionales de la Sevilla romana entre la República y el Imperio*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla. Colección *Historia y Geografía*, 331. ISBN: 978-84-472-1904-9.

### *Bilbilis*

Editou o Centro de Estudios Bilbilitanos, de Calatayud, em 2019, o livro *Bilbilis desde la Tardoantigüedad hasta el Medievo*, assinado por J. Carlos Sáenz Preciado e Manuel Martín-Bueno, precisamente os arqueólogos que, durante mais de 50 anos (!), aí dirigiram trabalhos arqueológicos. Contém ainda um estudo antropológico (pp. 99-175), da autoria de Enrike García Francés, referente aos esqueletos exumados da necrópole anexa à igreja de Santa Bárbara, cuja construção se moldou sobre o criptopórtico sul do foro da cidade romana.

Escreve María Luísa Cancela, no Prólogo, que é graças a essa intensa e persistente actividade que “hoje conhecemos como se desenrolou o seu projecto urbanístico, o seu programa arquitectónico, as infra-estruturas que tornaram possível a sua ocupação e o desenvolvimento de uma vida pública que facilitou o conforto dos habitantes” (p. 5).

Salienta-se como, situada em local que lhe permitia o domínio das vias de comunicação dessa região com a Meseta, *Bilbilis* usufruiu de todos os ingredientes usados pelo poder para se afirmar, através da adequada propaganda que a teatralidade do seu urbanismo e dos mármore dos seus monumentos públicos lhe proporcionavam. Para além da introdução (pp. 9-12) e das conclusões (pp. 205-212), seguidas de exaustiva bibliografia (pp. 213-228), consta o volume de cinco capítulos.

Traça-se, no primeiro (pp. 13-24), o que se conhece da historiografia em que, ao longo dos tempos, de *Bilbilis* se deram notícias, desde as curiosas publicações do século XVI. Os estudos editados no decorrer das campanhas arqueológicas – e sempre foi essa uma preocupação dos arqueólogos, o de rapidamente publicarem os resultados obtidos – vêm consignados na bibliografia e são, naturalmente, o suporte da síntese ora apresentada. É o caso, a título de exemplo, do volume de mais de 550 páginas, assinado por Carmen Guiral Pelegrín e Manuel Martín-Bueno, também publicado pela Institución “Fernando el Católico”, de Saragoça, em 1996, intitulado *Bilbilis I - Decoración Pictórica y Estucos Ornamentales*. Anota-se, porém, que essas obras se debruçam, de modo especial, sobre a *Bilbilis* celtibérica e romana e as suas ruínas, faltando, porém, um estudo acerca da cidade medieval – que é, no fundo, o tema central do volume.

Debruçam-se os autores, no 2.º capítulo, sobre *Municipium Augusta Bilbilis*, nome dado pelo imperador Augusto à cidade de sua fundação, adscrita, como era habitual, à tribo Galéria. Eram *cives Romani*, cidadãos de pleno direito, os seus habitantes. Começa-se por dar uma breve contextualização histórico-arqueológica da cidade indígena (celtibérica) e romana, com informação acerca dos dados recolhidos nas campanhas de escavação (as obras do teatro e do foro, que se prolongaram, estas, durante o reinado de Tibério, os referidos mármore dos edifícios, as termas públicas...), para se dar conta do que se logrou saber, mormente a partir de textos de Ausónio e de Paulino, a propósito da *Bilbilis* do Baixo-Imério, que particularmente lhes interessou, para, de seguida (pp. 43-63), novamente com recurso

a textos e aos resultados das escavações (são apresentadas imagens de estruturas e de artefactos), se trazer luz sobre o que terão sido os seus “séculos obscuros” e os testemunhos da presença dos Visigodos.

Tema primacial vai ser, portanto, o do capítulo 3.º, em que se estuda *Bilbilis* na época medieval. Pergunta-se se houve, ou não, presença muçulmana. Terá havido, decerto, porque, entre os testemunhos do reaproveitamento de materiais de construção extraídos dos monumentos romanos (como foi o caso do teatro), se encontraram “cerâmicas islâmicas vidradas usadas pelas equipas de extração” desses materiais (p. 71). Há, depois, a *Bilbilis* cristã, resultado da conquista feita, em 1120, por el-rei Afonso I, “o Batalhador”. Aí se edificaram igrejas, que são – como era comum – resultado da “purificação/sacralização de algumas das mesquitas existentes” (p. 72) e é bastante provável que o abandono da *Bilbilis* medieval se haja concretizado ao largo do século XIV (p. 76). Lugar importante ocupa no livro o relato dos resultados obtidos pela escavação e estudo do que foi a igreja de Santa Bárbara e a necrópole que lhe estava adjacente. É esse o tema do capítulo 4.º, em que se inclui o referido estudo antropológico possibilitado pela exumação de 33 indivíduos das tumbas encontradas. Analisam-se, por exemplo, as patologias dentais (as cáries, o desgaste dos dentes, os abscessos...), donde é possível deduzir a falta de higiene, “una dieta rica en carbohidratos” (p. 174), e, inclusive, “una deficiente tecnología a la hora de moler y preparar alimentos, ya que el grado de desgaste dental corresponde con alimentos abrasivos” (*ibidem*). Há igualmente marcadores que indiciam ter havido necessidade de os habitantes percorrerem a pé largas distâncias, predominantemente em terrenos escarpados.

Tal como Condeixa-a-Velha sucede a *Conimbriga*, Huérmeda sucedeu a *Bilbilis*. Por isso, temos, no capítulo 5.º, o estudo de Huérmeda, “villa, alquería y aldea”; e as suas “huellas medievales” assim como a da sua antecessora são pormenorizadamente analisadas por Herbert González Zymla e Diego Prieto López, numa perspectiva já de História da Arte, diríamos: “La Iglesia de Santa Barbara desde la visión del arte”, “La Iglesia de San Gil de Huérmeda: de mezquita a templo”, “Virgen de Bámbola”, “Escultura de Virgen o de Santa Barbara”, “Pila bautismal de Huérmeda”, “Cruz procesional de la Iglesia de San Gil” – são os temas abordados.

Assim foi: abandonada *Bilbilis*, a população trasladou-se para Huérmeda, originando “un nuevo

asentamiento que se favoreció de unas mejores condiciones de habitabilidad, e en especial de explotación agropecuaria, posibilitado por la abundancia y calidad de sus manantiales, cuyo reconocimiento ha perdurado hasta la actualidad” (p. 212).

Um itinerário de largos séculos que se percorre com agrado, sem termos, porém, as desagradáveis consequências ósseas que as citadas análises antropológicas documentam!...

### Hispalis

Outro é o período que vai interessar o Professor Antonio F. Caballos Rufino em relação a *Hispalis*, antecessora de Sevilha: que foi *Hispalis* logo nos primórdios da vinda dos Romanos para a Hispânia, “de César a Augusto”?

O livro, publicado, em 2017, pela Editorial Universidad de Sevilla (cujo labor, diga-se desde já, nunca é de mais salientar *cum aplausu!*), chama-se assim mesmo, *Hispalis de César a Augusto*, e tem por subtítulo “La Colonia Romula y los orígenes institucionales de la Sevilla romana entre la República y el Imperio” (n.º 331 da Coleção *Historia y Geografía*).

Assume-se o Autor como historiador. É sobejamente conhecida a sua investigação sobre os aspectos político-administrativos e jurídicos que envolveram a organização do território hispânico por parte dos Romanos. Recorde-se, entre muitos outros contributos, o que assinou, em 1996, com Werner Eck e Fernando Fernández Gómez, *El Senadoconsulto de Gneo Pisón Padre*; o estudo *El Nuevo Bronce de Osuna y la Política Colonizadora Romana* (Editorial Universidad de Sevilla, 2006, com reimpressão em 2018); ou, ainda, os estudos que reuniu e apresentou, juntamente com Enrique Melchior Gil, *De Roma a las Provincias: Las elites como instrumento de proyección de Roma* (Sevilha, 2014). Um interesse, por conseguinte, mais voltado às instituições e à forma como – nomeadamente através dos testemunhos epigráficos – se revela a aculturação e a conformação dos povos peninsulares, em particular na sua Bética.

Essa tónica está, pois, aqui bem patente, como pode deduzir-se da simples leitura dos temas abordados em cada um dos 19 capítulos, sendo o 20.º dedicado à bibliografia.

Como seria a cidade antes da chegada dos Romanos? Referem-se, em resposta, as suas origens míticas, a sua eventual relação com Melkart, “el Hércules tirio”, que designações houve desde *Hispalis* a Sevilha.

Resume-se, de seguida, o desenrolar da conquista romana, aludindo-se à “*revolução romana*”, como Mommsen qualificou o período que vai dos Gracos à guerra civil do século I a.C., designação consignada também por Sir Ronald Syme, como se sabe, no seu clássico *Roman Revolution* (Oxford, 1939). É por essa época que começam a entrar em cena as gentes da região da futura *Hispania*, nas lutas entre Sertório e Pompeu, entre Pompeu e César, designadamente no que Antonio Caballos designa a 1.ª fase da contenda na *Hispania*, com a campanha de *Ilerda* e a actuação de Quinto Cássio Longino, lugar-tenente de César, a quem o ditador, regressado a Roma em finais de 49 a.C., deu o comando da *Hispania Ulterior* e que não colheu grandes simpatias por parte de italicenses e de hispalenses.

Dedica-se o capítulo VII à batalha de Munda e ao seu “*epígono hispalense*” (pp. 65-83), uma vez que César decidiu criar uma série de colónias nas cidades que lhe haviam sido adversas (*Munda, Urso, Hasta, Hispanis*), como castigo (capítulo VIII) para os adversários, retirando-lhes a posse das terras e favorecendo os seus partidários, que aí seriam, a partir de então, os “*seus únicos cidadãos*” (p. 89).

Esse favorecimento não foi, porém, pacífico. Longe disso! E, após o regresso de César a Roma, as hostilidades reacenderam-se, obrigando, por exemplo, à adopção de toda uma estratégia militar por parte de Sexto Pompeu (Cap. IX).

Discute-se, nos capítulos seguintes, o que posteriormente se terá passado, uma vez que não são inteiramente concordantes os dados fornecidos pelas fontes literárias e, até, epigráficas. Fala-se da instalação da colónia (Cap. X); do que deve entender-se por “colónia” (Cap. XI); quais os pressupostos legais em que assenta a fundação e o modo de funcionamento das colónias tardo-republicanas, com base no que vem explícito na *Lex coloniae Genetivae Iuliae (Urso)* (Cap. XII). O papel do cônsul Gaio Asínio Polião – que já merecera destaque por parte de Sir Ronald Syme – é contado no Cap. XIII, atribuindo-se-lhe “*principal protagonismo nas origens institucionais da proto-sevilhana Colonia Romula*” (p. 140).

No âmbito das consequências advenientes da fundação colonial (Cap. XIV), salienta-se que o facto de ser um porto fluvial imprescindível lhe proporcionou uma relevância económica e política que justifica a sua escolha para sede de um *conventus*, uma vez que “*nenhuma outra cidade da região poderia proporcionar melhores condições*” (p. 160).

Sob Augusto se consolidará o regime colonial (Cap. XV). E guia-nos o Autor nos breves capítulos seguintes pelo emaranhado de nomes de personalidades que intervieram no processo e, inclusive, se procura deslindar a sequência cronológica dos nomes por que a cidade foi sendo designada, mormente nos textos literários e nas epígrafes. Algo, porém, fica bem demonstrado, mormente no parágrafo das páginas 34 e 35, sobre a “*topografia da localização da Sevilha primitiva*”: as diversas vagas de povos que no mesmo local se instalaram, ao longo dos tempos. Assim aconteceu também em *Pax Iulia* ou em *Olisipo*, na Lusitânia, onde as descobertas arqueológicas mais recentes confirmam cabalmente essa sobreposição de culturas.

Explicita Caballos Rufino que o topónimo *Hispania / Hispanis* resulta da latinização de um nome etimologicamente fenício-turdetano, afirmando mesmo que se trata do “*topónimo que designava a primitiva cidade de Sevilha, logo desde os primórdios da presença romana no local*” (p. 200). Observa, contudo, que, do ponto de vista técnico e jurídico, a palavra *colonia* não designa uma cidade “*no sentido geográfico e urbano do termo, mas sim o conjunto de indivíduos escolhidos para a dedução, o colectivo humano dos colonos, necessariamente constituído antes da sua instalação em Hispanis*” (*ibidem*).

Em todo o caso, Caballos Rufino, a propósito da controvérsia sobre a designação da colónia, considera (p. 202) que, mui verosimilmente no decurso da sua terceira viagem a *Hispania*, o imperador Augusto poderia ter “*oficializado o título*

*da cidade como Colonia Romula*”, até porque, acrescenta, esse nome se “*enquadrava mui adequadamente no interesse da ideologia oficial, na medida em que recuperava as tradições vinculadas ao mito fundador da Urbe*”. Por isso, é seu entender que “*desta sorte, o nome oficial da Sevilha romana foi, durante o Império, exclusivamente o de Colonia Romula*” (*ibidem*).

Após uma referência aos protocolos (Cap. XVIII), o Autor não hesita em qualificar Augusto como *pater Hispalensium*, porquanto muito contribuiu para a criação de “*um modelo de cidade centrada no cidadão*”, qual importante marco da convivência entre indígenas e colonos que se logrou concretizar.

Retomando o que se apontou no início desta nota, a ideia de núcleos diferenciados enquadrar-se-á, pois, mais com *Italica*, essa, sim, claramente fundada fora do núcleo citadino sevilhano, ao contrário de *Hispanis*, cuja população se fixou no local preferido de sempre. A proximidade do rio Bétis (Guadalquivir) deteve, na verdade, importância primordial e não será por isso de estranhar que, ainda na Idade Moderna, as rotas comerciais no confronto Mediterrâneo-Atlântico se digladiem entre Sevilha e Lisboa; e que, de modo especial, no século XVII, quando Portugal esteve sob domínio espanhol, tenha surgido entre nós toda uma literatura encomiástica, a sugerir ao monarca que na magnífica Lisboa é que ele deveria estabelecer a sua corte! Assim o preferiam abertamente os comerciantes lusos! 🏰

## novidades



Caessa, Ana e Campos, Ricardo (coord.) (2019) – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo: os monumentos epigráficos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / Caleidoscópio.

Senna-Martinez, João Carlos; Martins, Ana Cristina; Caessa, Ana e Carneiro, Isabel (coord.) (2019) – *Extrair e Produzir... dos primeiros artefactos à industrialização*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa (*Fragmentos de Arqueologia*, 3).

